



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
法務局
Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça

譯本
Tradução

Resposta à interpelação escrita apresentada pelo Deputado à Assembleia Legislativa, José Maria Pereira Coutinho

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo e ouvido o Centro de Formação Jurídica e Judiciária, apresento a seguinte resposta à interpelação escrita do Deputado José Maria Pereira Coutinho, de 12 de Março de 2024, enviada a coberto do ofício n.º 396/E293/VII/GPAL/2024 da Assembleia Legislativa, de 9 de Abril de 2024, e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo em 10 de Abril de 2024:

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau, doravante designada por RAEM, tem-se empenhado na optimização das instalações de *software* e *hardware* dos órgãos judiciais, mantendo uma comunicação estreita com os dois órgãos judiciais sobre a situação e o planeamento respeitante a recursos humanos dos funcionários de justiça e desenvolvendo os trabalhos necessários.

Relativamente ao aperfeiçoamento do regime, ouvidos os órgãos judiciais, foi alterado o Regulamento Administrativo n.º 30/2004 (Recrutamento, Selecção e Formação dos Funcionários de Justiça), através dos Regulamentos Administrativos n.ºs 5/2021 e 25/2023, eliminou-se o método de selecção relativo ao exame psicológico no concurso de admissão ao curso de habilitação para ingresso dos funcionários de justiça e optimizou-se o regime de formação para efeitos de acesso dos respectivos funcionários e provimento de chefias, com vista a aumentar a flexibilidade e a eficácia do regime.

A fim de garantir a construção de uma equipa de funcionários de justiça, desde 2004 até à presente data, o Centro de Formação Jurídica e Judiciária, doravante designado por CFJJ, realizou três concursos para admissão ao curso de habilitação, tendo organizado cinco cursos com 346 formandos providos



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
法務局
Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça

譯本
Tradução

como oficiais de justiça (Tribunais: 228, Ministério Público: 118). O novo concurso já foi aberto, em 10 de Abril do corrente ano, para admissão de 60 formandos com vista ao preenchimento de 30 vagas de escrivão judicial auxiliar da carreira de oficial de justiça judicial e de 22 vagas de escrivão do Ministério Público auxiliar da carreira de oficial de justiça do Ministério Público, bem como a constituição de reserva de recrutamento. Prevê-se que o novo curso de habilitação se inicie em 2025.

Relativamente à formação para efeitos de acesso dos funcionários de justiça e provimento de chefias, a fim de assegurar que as matérias dos cursos de formação são relevantes para as funções e para o desenvolvimento das capacidades profissionais dos respectivos funcionários, o programa dos respectivos cursos é aprovado por despacho do Presidente do Tribunal de Última Instância ou do Procurador, sob proposta do Conselho Pedagógico do CFJJ. Desde a criação da RAEM, o CFJJ, em resposta aos pedidos dos dois órgãos judiciais, organizou um total de 34 cursos de formação (Tribunais: 19, Ministério Público: 15), de que resultam 755 formandos. Actualmente, estão a decorrer três cursos de formação para acesso, com um número total de 37 formandos.

Além disso, para que o funcionamento dos órgãos judiciais melhor se adequasse às necessidades do desenvolvimento social, foi aprovada, em 2022, a lei sobre o “Envio de peças processuais e pagamento de custas por meios electrónicos”, com vista a promover a eletrónica dos processos judiciais e elevar a eficiência judicial. Por outro lado, os órgãos judiciais promoveram activamente os trabalhos de construção da informatização, criando uma plataforma de gestão de processos informatizados, com vista a elevar a qualidade e a eficácia dos trabalhos mediante a força da ciência e da tecnologia e, ao mesmo tempo, reduzir eficazmente a carga de trabalho dos funcionários de justiça.



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
法務局
Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça

譯本
Tradução

No futuro, o Governo da RAEM continuará a apoiar os órgãos judiciais na optimização das suas instalações de *software* e *hardware*, no sentido de responder às necessidades reais dos mesmos, no aperfeiçoamento das respectivas leis e regulamentos e no reforço da formação dos funcionários de justiça, bem como, organizar oportunamente concursos para admissão ao curso de habilitação para ingresso nas carreiras de funcionários de justiça, organizar cursos de habilitação para ingresso nas carreiras e cursos de formação para acesso dos oficiais de justiça de todos os níveis e provimento de chefias, a fim de promover a elevação da eficiência judicial e oferecer melhores condições.

Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, aos 2 de Maio de 2024.

A Directora da DSAJ
Leong Weng In